

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.810 - AL (2019/0313313-3)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : E DE A
PROCURADOR : NEWTON VIEIRA DA SILVA E OUTRO(S)
RECORRIDO : J C DE B I (MENOR)
REPR. POR : M B DE A
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão cujo tema dispõe sobre o pagamento de honorários advocatícios à Defensoria Pública que litiga contra o ente público ao qual se vincula.

Feito breve relato, decido.

A controvérsia diz respeito a tema com repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário n. 1.140.005/RJ - Tema n. 1.002, em sessão do Plenário Eletrônico de 04.08.2018, já sob a vigência do Código de Processo Civil de 2015, consoante ementa:

DIREITO CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PAGAMENTO DE HONORÁRIOS À DEFENSORIA PÚBLICA QUE LITIGA CONTRA O ENTE PÚBLICO AO QUAL SE VINCULA. PRESENÇA DE REPERCUSSÃO GERAL.

- 1. A decisão recorrida excluiu a condenação da União ao pagamento de honorários advocatícios à Defensoria Pública da União.*
 - 2. A possibilidade de se condenar ente federativo a pagar honorários advocatícios à Defensoria Pública que o integra teve a repercussão geral negada no RE 592.730, Rel. Min. Menezes Direito, paradigma do tema nº 134.*
 - 3. As Emendas Constitucionais nº 74/2013 e nº 80/2014, que asseguraram autonomia administrativa às Defensorias Públicas, representaram alteração relevante do quadro normativo, o que justifica a rediscussão da questão.*
 - 4. Constitui questão constitucional relevante definir se os entes federativos devem pagar honorários advocatícios às Defensorias Públicas que os integram.*
 - 5. Repercussão geral reconhecida.*
- (RE 1140005 RG, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, julgado em

Superior Tribunal de Justiça

03/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-162 DIVULG 09-08-2018
PUBLIC 10-08-2018).

Assim, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Somente após tal providência, que representa o esgotamento da instância ordinária, é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser encaminhado a este Tribunal superior, para a análise das questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Posto isso, **DETERMINO** a devolução dos autos ao tribunal de origem, com a devida baixa, para que o processo permaneça suspenso até a publicação do acórdão do Recurso Extraordinário acima identificado, a fim de que a Corte de origem, posteriormente, proceda ao juízo de conformidade.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora